

**IV Símpósio de História do Maranhão
Oitocentista: Escravidão e Diáspora
Africana no século XIX**

09 a 12 de junho de 2015

Local: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Prédio do Curso de História, Praia Grande, São Luís -
Ma.

A SETEMBRADA (1831): disputas políticas e participação popular

YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS*
ELIZABETH SOUSA ABRANTES*

INTRODUÇÃO

A Independência provocou um realinhamento dos grupos políticos, acompanhado de uma guerra contra o partido “português” (1822-1823). Os portugueses no Maranhão passaram a sofrer uma série de ataques (lustros) por parte daqueles que se autodenominavam “patriotas” (ASSUNÇÃO, 2011). A vontade dos “brasileiros” em diminuir a presença lusa ocorreu por muito tempo, até mesmo porque a incorporação da província do Maranhão ao Brasil independente, ocorrida somente em 28 de julho de 1823, vai acontecer com resistência por parte dos portugueses (GALVES, 2006).

A situação política se estabilizou momentaneamente, mas até 1825 ainda não havia resolvido a questão da distribuição do poder entre as elites. Os portugueses que continuaram no Maranhão conseguiram se naturalizar como brasileiros e acabaram tendo os direitos iguais aos brasileiros natos, e assim uma boa parte desses portugueses conseguiram recuperar seus postos e bens confiscados durante a independência. Isso vai causar ressentimento no “povo”¹ que em algumas ocasiões, como em 1831, vai se levantar para expulsar os portugueses dos seus postos e da província.

Sobre a Setembrada há aqueles historiadores, tais como Leal (1873), Godóis (1904), Carvalho (1924), Abranches (1931), Lopes (1959), Meireles (1960), Reis (1964) Lima (1981) que fazem parte de uma historiografia tradicional, ligados a uma escrita de uma história

* Graduando do curso de História- Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-FAPEMA). Essa pesquisa integra o projeto “CABRAS, PATRIOTEIROS, BALAIOS E BEM-TE-VIS”: disputas políticas e participação popular no Maranhão (1823 – 1841), sob a coordenação da Prof. Drª Elizabeth Sousa Abrantes, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

* Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia (UEMA), e Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

¹O povo aqui entendido como aquele que não preenchia o requisito de ser cidadão e não era assistido pelo Estado.

linear, acrítica, de grandes heróis. Por outro lado, temos historiadores com trabalhos mais recentes como Assunção (2003), Abrantes (2007), Sousa (2008), Iashimita (2010), Durans (2013) com perspectiva revisionista com os postulados de uma nova maneira de se escrever a história. É importante dizer que nesse trabalho não abordaremos todos esses historiadores, mas apenas Leal (1873), Abranches (1931), Assunção (2003) e Abrantes (2007).

2 A SETEMBRADA NA HISTORIOGRAFIA MARANHENSE – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A historiografia é a análise das obras dos historiadores, uma reflexão crítica dos trabalhos produzidos por esses historiadores: “podemos considerar o estudo historiográfico como estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e as respectivas controvérsias” (SILVA, 2001: 26).

Poucos são os estudos sobre a Setembrada, não há uma obra historiográfica específica que aborde tal temática, dispomos apenas de um romance histórico e capítulos que estão dentro das obras de alguns autores, na maioria das vezes explicada como a “sementeira para a Balaiada”. Com efeito, procuramos reunir muitas dessas produções e analisamos como cada autor descreveu esse movimento tendo em vista a participação popular, levando em conta se os populares são abordados como anárquicos ou contestadores de seus opressores.

Antônio Henriques Leal e a obra *O Pantheon Maranhense* (1873)

Um dos primeiros escritores a fazer menção ao levante de 13 de setembro de 1831, conhecido na historiografia maranhense como Setembrada, foi o médico, jornalista e escritor maranhense Antônio Henriques Leal, em sua obra *O Pantheon Maranhense* (1873). A obra possui ensaios biográficos sobre os “ilustres maranhenses”, que foram homens membros da elite maranhense do século XIX, com objetivo de diferenciar a cultura intelectual maranhense diante da formação da identidade nacional, representando um monumento que lembrasse esses “ilustres maranhenses” com grandes destaques em seus talentos e habilidades.

Para o historiador Henrique Borralho (2009: 07), o *Pantheon* é mais que uma obra de biografias, é uma história política do Maranhão no século XIX. A obra foi escrita para os amigos de classe podendo ser também vista como um ensaio sobre as virtudes de alguns dos integrantes do partido liberal. “[...] esta obra é também uma história do Maranhão sobre os

liberais escrita por um liberal, nem tão atuante assim do ponto de vista do combate nas tribunas, mas importante na construção de símbolos da civilidade e da memória”.

Leal (1873) aborda os acontecimentos da Setembrada nos capítulos que tratam de João Lisboa e de José Cândido de Moraes e Silva. No capítulo XVII, intitulado “João Francisco Lisboa”, diz que ao saber dos levantes ocorridos no Pará, o Maranhão vai despertar para o seu levide com a chegada da “tão lastimosa” notícia, o que gerou pavor e indignação levando os homens mais ousados “alvoraçaram-se”, influenciar o povo e a força pública, os quais “amotinaram-se” na noite de 13 de setembro levando suas exigências ao Presidente Araújo Viana. O autor ver esse movimento com reprovação, chamando-o de motim.

Leal (1873: 300) aponta que João Francisco Lisboa foi um dos assinantes da Representação enviada ao presidente da província em 13 de setembro de 1831 com exigências políticas. Destaca que Lisboa era bem jovem na época, e era um dos “[...] homens que depois ocupariam altas posições na província e fora dela, assinaram no calor do entusiasmo essa representação”. Na perspectiva de ressaltar “heróis”, tenta livrar a participação de Lisboa como um dos rebelados na Setembrada², tentando dessa maneira criar a imagem de Lisboa como um homem que ocupou altas posições na província sem ter um passado que o condenasse.

Podemos perceber que Leal (1873: 300, grifo nosso) não aprovou o levante. E sobre a Setembrada considera que: “Se, no entanto **houve jamais revolta que a História deva desculpar, esta é uma delas [...]**”, pois mesmo não tendo custado uma só gota de sangue, mas gerou temores da liberdade e da nacionalidade ameaçada e as rivalidades instigadas por imprudências daqueles que, “[...] olhados como contrários à Independência, vinham confirmar as apreensões populares com parte ostensiva que tomava na república e com manifestações não poucas vezes armadas contra a ordem de coisas estabelecidas”.

Dunshee de Abranches e a obra *A Setembrada: a Revolução Liberal de 1831 em Maranhão*

O escritor Dunshee de Abranches, nascido em São Luís (1867-1941), é considerado um autor fundamental para a historiografia sobre o Maranhão no século XIX, especialmente na trilogia *O Cativeiro*, *A Esfinge do Grajaú* e *A Setembrada: a Revolução Liberal de 1831*.

² Vale lembrar que na obra de Leal o movimento não é denominado de Setembrada, pelo menos o autor não usa essa expressão.

em Maranhão. Essas obras escritas no século XX tratam de temas da sociedade maranhense no século XIX, escritas no estilo literário de memória, crônica e romance.

O autor inicia o romance histórico intitulado *A Setembrada* narrando um dia antes do 7 de setembro de 1822 até o movimento de 1831. Com esse título do romance, a maioria dos pesquisadores atribuiu a Dunshee de Abranches a denominação do movimento de Setembrada.

A obra é dedicada a recuperar a imagem pública de um dos líderes do movimento, Frederico Magno de Abranches, tio do autor, filho de Garcia de Abranches, um português abastado, conhecido também pelo nome de *o Censor*, nome esse dado devido ao jornal homônimo que editava. Antes da Independência, Garcia de Abranches lamentava a situação dos portugueses na província maranhense e falava da existência de clubes revolucionários que tramavam contra os lusos e dizia: “[...] os nativos maranhenses, e com eles **a ralé social**, se achavam no dever cívico de nos arrancar o poder e proclamar a autonomia política da sua terra” (ABRANCHES, 1931: 12, grifo nosso). Considerando que esse pode ser um discurso fictício, atribuímos o termo pejorativo com que trata os populares a Dunshee de Abranches.

Frederico Magno de Abranches aparece na obra como um dos principais protagonistas do movimento, todavia nas análises feitas nas Atas do Conselho Presidial (ACP) o encontramos como funcionário do governo, mas ao que se refere à Setembrada nada consta, embora dela tenha participado ativamente. Segundo Abranches, Frederico Magno era perseguido pelo padre José Antonio da Cruz Ferreira Tezinho, mais conhecido como “Padre Tezinho”, nascido em Portugal e um dos chefes mais exaltados do partido português, redator de alguns jornais como Conciliador, a Palmatória, e que após a Independência filiou-se à facção corcunda, como ficara conhecido o partido luso. O padre Tezinho procurava informar a Garcia de Abranches que seu filho era um dos cabeças dos clubes revolucionários, e devido ao silêncio de Garcia em relação ao envolvimento do seu filho, Tezinho não se contentara e “[...] acrescentou que era chamado, nas rodas da boa rapaziada do comércio, o fidalgote” (ABRANCHES, 1931: 13).

A obra de Dunshee de Abranches serve de partida para quem se interessa em entender o movimento, tendo em vista que a obra faz uma importante contextualização do período. O escritor Dunshee de Abranches (1931: 06, grifo nosso) diz que a Setembrada ocorreu em terras maranhenses sendo “[...] **a primeira explosão desse liberalismo idealista**, que, das **almas ardorosas de jovens patriotas**, filhos do país, se propagou, depois do 7 de abril, pelas selvas brasileiras em um entusiástico surto nativista”. Fazendo uso da obra de Carlota Carvalho, relata o desfecho do movimento e sua composição:

[...] acabou por ser esmagado pelo reacionarismo implante, levando as populações do Norte ao desespero e incutindo no coração dos sertanejos essas ânsias indomáveis de revolta e de libertação jamais arrefecidas por um século de sofrimentos, de abandono e de opressões. (ABRANCHES, 1931: 06, grifo nosso).

De acordo com Dunshee de Abranches (1931) o diretor do Jornal *O Farol Maranhense*, José Cândido de Moraes e Silva, juntamente com Frederico Magno e outros, estavam decidido a irem ao Campo de Ourico contestar contra o governo que colocava a pátria nos pés, dessa forma queria a presença do povo. Podemos ver nesse na representação desse episódio a indicação da aliança dos chefes liberais com as camadas populares:

Concitava assim os chefes liberais presentes a irem para as ruas chamar o povo maranhense às armas e, com ele, marchar para os quartéis, a fim de confraternizarem com as tropas e todos juntos salvarem o Maranhão das garras dos seus “infames e raciais inimigos” (ABRANCHES, 1970: 145).

A narrativa de Dunshee de Abranches procura sempre enaltecer a figura de seu tio Frederico Magno de Abranches, quando diz que este tentava alertar José Cândido sobre espiões que estavam entre eles e para não confiar no Presidente. Frederico Magno como é apresentado como se fosse o mais esperto, que conseguia ver o perigo a sua volta mais que os outros, e que por José Cândido não acatar esse aviso foi motivo de ligeiro estremecimento entre os dois. E pelo não cumprimento das promessas do Presidente, Frederico Magno propõe um novo levante que ocorre em novembro. Frederico Magno, ao contrário do que apontam outros autores, que dão a primazia da liderança do movimento a José Cândido, é sempre colocado como aquele que dava as iniciativas para o levante³.

Antônio Lopes e a obra *A História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)*

Antônio Lopes da Cunha, nascido a 25 de maio de 1889, na cidade de Viana, formou-se em Ciências Jurídicas, em Recife, no ano de 1911. Nessa cidade iniciou suas atividades literárias. Ao retornar a sua cidade natal desempenhou muitas atividades, dentre elas foi professor do Liceu Maranhense e Catedrático da Faculdade de Direito do Maranhão, historiador, geógrafo, folclorista, magistrado, fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras, dentre outras. Publicou vários trabalhos deixando alguns inéditos como *A História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)*, lançado em 1959, após sua morte por iniciativa de Josué Montello.

³ Numa visão oposta, o historiador Carlos Lima (1981) diz que foi Frederico Magno que levou José Cândido ao desastre.

Nessa obra Antonio Lopes abrange não apenas os jornais da capital, mas também do interior do Estado. Dá destaque a vários jornalistas, como Garcia de Abranches, Odorico Mendes, José Cândido (o “Farol”), Estevão Rafael de Carvalho e João Francisco Lisboa, que segundo Lopes “é o maior jornalista maranhense e um dos cinco ou seis do Brasil”.

A obra de Antonio Lopes tem sua escrita pautada no positivismo que se caracterizada em criar heróis, sua narrativa consiste em ser linear, com a ênfase dada ao ideal de formação nacionalidade, nação e pátria. Dessa forma, na segunda parte do livro intitulada de “Os Grandes Jornalistas”, coloca José Cândido conhecido como “O Farol”, nome do jornal o qual era redator, como um mártir, aquele que por meio de seu jornal representava os ideias do povo, “[...] impõe-se à coesão para lutar contra os opressores [...]”. Sobre o movimento da Setembrada, Lopes destaca a figura de José Cândido, sua influência e moderação com o povo: “**O povo exultava**, no entusiasmo deflagrado pelo triunfo e **a sua frente José Cândido** dava mostras de uma grandeza dalmia contestável. **Evitando violências e excessos e aconselhando [...]**” (LOPES, 1959: 75 e 79, grifo nosso).

Na obra *História da Imprensa no Maranhão*, de Antônio Lopes (1959) encontramos uma indicação de que há uma carta supostamente escrita por Frederico Magno de Abranches, intitulada “Carta aos Patriotas” (1835), em que o mesmo já chamava o movimento de Setembrada. Se levarmos em conta a existência e veracidade dessa carta, o movimento de 1831 recebeu o nome de Setembrada pelos contemporâneos, ou seja, logo depois do levante. Na “Carta aos Patriotas”, conforme Lopes (1959: 80, grifo nosso), o autor da missiva diz:

Nós somos os réus da Setembrada, os maus brasileiros, os infames rebeldes noristas, que não mereceram a anistia e devem ser exterminados a ferro e fogo... Nós, que confiávamos no presidente que parecera ter nobremente capitulado diante do bem público, fomos logo depois traídos, processados e perseguidos como bandidos, porque sonhamos abnegadamente com a autonomia das províncias e a expulsão dos estrangeiros dos postos de comando, a fim de tornar de fato e de direito o Brasil dos brasileiros. Exterminados a ferro e fogo!

Matthias de Assunção e o capítulo *Cabanos Contra Bem-te-vis: a Construção da Ordem Pós-Colonial no Maranhão (1820-1841)*

Muitos estudos recentes apontam uma nova leitura sobre a participação popular nas lutas políticas do Maranhão pós-independente, período esse abordado aqui nesse trabalho, a exemplo do importante trabalho do historiador Matthias de Assunção (2003) que aborda as lutas políticas no período pós-independência e ressalta um movimento popular consagrado pela historiografia maranhense conhecido por Balaiada. Em muitas dos seus trabalhos

menciona a Setembrada, como exemplo de um momento anterior em que também houve uma ruptura da aliança entre liberais e as camadas populares. Assim fizemos algumas compilações de sua perspectiva sobre esse movimento.

O capítulo “Cabanos Contra Bem-te-vis: a Construção da Ordem Pós-Colonial no Maranhão (1820-1841)”, do historiador inglês Mathias de Assunção, está publicado na obra *Os Senhores dos Rios (2003)*, organizada pelos historiadores Flávio Gomes e Mary Del Priore. Esse historiador apresenta o contexto político das décadas de 20 a 40 no Maranhão imperial, destacando as lutas intraelites e a participação popular nos movimentos políticos desse período. De acordo com Assunção (2003) a situação política no Maranhão não se estabilizou de imediato no pós-independência, assim como em outras partes do Brasil a velha elite portuguesa consegue ter seus bens de volta. Todo o português naturalizado ou “brasileiro adotivo” se tornava igual ao brasileiro nato, podendo até mesmo exercer cargos públicos. Foi o que aconteceu no Maranhão, em que muitos adotivos recuperaram seus cargos, principalmente no exército e judiciário. Havia aqueles que conseguiram receber indenizações por perdas materiais sofridas durante as guerras de independências, acabavam por receber muito mais do que tinham direito. São em episódios como esses que Assunção (2003: 204, grifo nosso) destaca o sentimento antilusitano que marcou os movimentos ocorridos em 1831.

[...] em setembro de 1831, o “povo” de São Luís levantou-se para expulsar “os portugueses” dos seus postos e da província. “Português” designa o branco conservador, chamado também de cabano no Maranhão, que ainda ostentava toda a arrogância dos antigos colonizadores. Nesta altura, podia até tratar-se de um brasileiro nato, como os dois membros do Tribunal da Relação, cuja expulsão os rebeldes da Setembrada pediam. O presidente da província não deixou de chamar atenção sobre o fato, que, sendo brasileiros, não podiam ser exonerados nestes termos e muito menos expulsos do país.

Mathias de Assunção (2003) propõe que no Maranhão ocorreram três rupturas entre as lideranças liberais e os populares. A primeira foi durante a “era Bruciana”, quando Bruce aceitou a ajuda dos portugueses ludovicenses e de sua guarda cívica para conter a crescente violência dos lustros. A segunda ruptura entre os líderes liberais e os setores populares, e a que nos interessa neste trabalho, aconteceu como resultado dos levantes de setembro e novembro de 1831. Os dois levantes foram liderados por oficiais e jornalistas exaltados. As reivindicações dos rebelados estiveram dentro dos limites do programa exaltado, mas após a supressão do levante de novembro, a resistência vai para o interior liderado por Antônio João Damasceno, um mascate de Itapecuru-Mirim. A terceira e maior ruptura entre a elite e as classes ditas inferiores aconteceu durante a Balaiada (1838-1841).

Elizabeth Sousa Abrantes e o trabalho José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831)

Já historiadora maranhense Elizabeth Sousa Abrantes (2007; 2015) faz algumas considerações sobre a Setembrada no texto sobre “José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol”, atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831)”. Publicado inicialmente nos Anais do Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais, em 2007, recentemente foi publicado como capítulo “O Farol Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1828-1831)”, na obra *O Maranhão Oitocentista* (2015), organizada pelos historiadores Marcelo Cheche Galves e Yuri Costa.

A historiadora Elizabeth Abrantes discorre sobre a atuação política do jornalista José Cândido, especialmente na liderança da Setembrada, e explica a criação do mito em torno da figura do jornalista, como sua trágica morte prematura cooperou para criar uma imagem carismática, bem como sua biografia apresentada por Antônio Henriques Leal no “Panteão Maranhense” corroborou a ideia de mártir. Segundo Abrantes, o movimento da Setembrada possui algumas características que o identificam com outros movimentos do período, ligados pela situação formada com a abdicação do imperador: “[...] a breve duração; a composição social heterogênea de populares, soldados e frações da elite; o apoio e liderança de liberais exaltados; o discurso antilusitano com exigência de expulsão dos portugueses [...]” (ABRANTES, 2007: 14-15).

Abrantes (2015), também destaca que o significado da Setembrada e dos demais levantes de 1831 precisam ser melhor avaliados, porque vai além do que o nome sugere de ser um simples motim que ocorreu no mês de setembro, a causa está na conjuntura de consolidação do processo de independência, marcada por conflitos intraelites, divergências nas interpretações do liberalismo, exclusão política dos liberais exaltados, conflitos entre nacionais e portugueses, ressentimentos raciais e de classe, isso ocorreu num quadro de instabilidade política e fragilidade das nascentes instituições nacionais.

De acordo com Abrantes (2015), as autoridades da época consideraram a Setembrada como um motim de “cabras e patrioteiros”. Os primeiros eram apelidos que os portugueses colocavam nos brasileiros, significava alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que a pele negra. Assim os membros da elite que se consideravam brancos puros se sentiam ofendidos, pois eram comparados a “gente de cor”. Com o passar do tempo, o termo cabra passou a ser designado às camadas populares e a mulatos que ascendiam socialmente, e

nesse caso as elites reforçavam essa situação. O outro termo, patrioteiros, era direcionado a membros da elite que se envolviam nesses movimentos junto às camadas populares, e mesmo não deixando de ser considerados cidadãos, o seu patriotismo era tratado com desdém.

3 SETEMBRADA: um conflito Antilusitano

A participação popular no movimento da Setembrada torna-se visível, exprimindo-se através dos gestos de “protesto”, pois nas análises feitas nas Atas do Conselho Presidial, antes da Setembrada, em 15 de maio de 1831, encontramos que a inquietação popular na Capital já levantava certo desconforto nas autoridades que não esperavam algum ataque do Comandante das armas, mas sim dos segmentos populares.

A Setembrada (1831) foi uma rebelião urbana composta por diversos segmentos da sociedade, entre eles as camadas mais baixas e dissidentes dos quartéis. O “povo e a tropa⁴” reunidos no Campo de Ourique exigiram do governo medidas que expulsassem os portugueses do Maranhão em forma de uma Representação, atendidas em parte pelo então presidente Araujo Viana. Logo os manifestantes perceberam que foram enganados, deste modo, em 19 de novembro voltaram a protestar. Os anos que se passaram após a independência maranhense foram marcados por agitações, disputas pelo poder que agora as elites nativas tanto ansiavam. Para Pereira (2000: 56), a Setembrada foi:

[...] resultado dos conflitos políticos que ocorriam a nível nacional e local. As discussões em torno da permanência de D. Pedro I no trono acirravam os ânimos na província, enquanto que as críticas de cunho liberal pregavam uma República federalista como solução para os que pensavam ser problemas gerados pela falta de autonomia.

“Por outro lado, havia uma visível insatisfação no Maranhão pelo tratamento que o governo imperial diligenciava ao norte do Brasil, “**a borra do Império**”, nas palavras de **Frederico Magno**” (PEREIRA, 2000: 56, grifos nosso). Esse termo reflete como o Maranhão não tinha assistência necessária do governo imperial.

Com efeito, o discurso antilusitanismo passava a ganhar força e o discurso liberal atiçava mais os ânimos dessa província que queria reduzir o poder dos portugueses nela. Os ideais liberais iam ao encontro de vários anseios das camadas populares, (livres pobres, mestiços, escravos), juntamente com outros setores que se viam ameaçados e insatisfeitos

⁴ A composição dos que acompanharam os líderes da Setembrada foram os cadetes, que se mostraram os mais radicais, tendo à frente oficiais e inferiores da tropa de linha e o comandante da polícia, um patriota decidido (ABRANCHES, 1931).

com a monopolização portuguesa. Dessa forma, surgiram alguns protagonistas nessa luta, a exemplo do liberal exaltado jornalista José Cândido, que fazendo uso da sua imprensa contribuiu para a divulgação das ideias liberais, atingindo de alguma forma as classes inferiores que ao tomarem conhecimento de suas ideias se envolviam no conflito. Frederico Magno de Abranches também foi protagonista do movimento as Setembrada, representando os liberais exaltados, enquanto a liderança popular coube ao rebelde Antônio João Damasceno, responsável pela ida do movimento para fora da cidade, chegando até Rosário, Itapecuru-Mirim, Munim, Vila da Manga do Iguaçá, Brejo.

O convívio de tensão entre brasileiros e portugueses proporcionava incidentes que iam do xingamento às “vias de fato”. As xingações eram feitas principalmente através dos apelidos que tinham como fim ofender o inimigo e expô-lo ao ridículo, inferiorizando-o.

Segundo Dunshee de Abranches (1931), Frederico Magno e José Cândido lideraram o grupo de populares para o Campo de Ourique, mas nas Atas do Conselho Presidial analisadas não falam desses líderes. Todavia, a ACP⁵ de 13 de setembro 1831, data demarcada pela historiografia como o começo do movimento da Setembrada, são expostas as reivindicações dos revoltosos do Maranhão em que o “povo e a tropa”⁶ ameaçavam não largarem as armas se suas exigências não fossem atendidas. Era o início da Setembrada. A importante representação que se segue será transcrita por extenso devido à importância que tem para a compreensão do conjunto das reivindicações:

Ilustríssimo e excellentíssimo- o povo e tropa desta cidade reunidos no Campo de Ourique da mesma a vista dos últimos fatos praticados no dia 7 de Agosto na Província do Pará aonde o partido Lusitanos recolonizador de novo se insurgiu no meio dos brasileiros praticando atentados contra a segurança individual contra os direitos e liberdades dos filhos do país, considerando que esta província se acha ameaçada de uma insurreição semelhante que fora perigar a manutenção da integridade do Império pela influência que ainda tem nela os inimigos da independência e da constituição os quais estão de posse do primeiro encargos da Pública administração refletindo que a segurança pública periga de instante a instante com a tardança das providencias da Corte, para onde já dirigiu o povo maranhense uma representação a Augusta Assembleia Geral Legislativa no mesmo sentido da presente, requer a vossa exceléncia em conselho o seguinte:

1. *Que sejam expulsos dos postos militares tanto de primeira como de segunda linha todos os brasileiros pela constituição, os portugueses;*

⁵ Era um órgão político instituído pela Assembleia Constituinte de 1823 e que funcionou nos anos iniciais do Império brasileiro. O Conselho Presidial, era composto por seis conselheiros eleitos na província e liderado pelo Presidente provincial, cargo indicado pelo Imperador. A finalidade do Conselho Presidial era dar assistência ao Presidente nas questões provinciais. Como representante do poder central, o Presidente teria que garantir a obediência das leis na província e informar ao Imperador a situação do local. Os conselheiros poderiam evitar possíveis excessos do Presidente. As atas do Conselho permitiam a visualização das autoridades do que se passava na Província (CIRINO, 2013).

⁶ De acordo com Abrantes (1996), grande número de populares, incluindo escravos, concentraram-se no Campo de Ourique com uma representação entregue ao então presidente Araújo Viana.

2. Que sejam suspensos do exercício das suas funções os seguintes magistrados O chanceler da Relação Francisco de Paula Pereira Duarte os desembargadores Manoel Ignácio Cavalcante de Lacerda- João Capistrano Rebello Domingos Nunes Ramos Ferreira- Francisco Gonçalves Martins- Joaquim José Sabino o ouvidor da câmara Narciso Jose de Almeida Guatimozim e o desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello;
3. Que sejam expulsos dos empregos civis de Fazendo e justiça todos os brasileiros adotivos sem exceção alguma [...];
4. Que saíão para fora da província os seguintes declarados inimigos ativos da independência do Brasil e de suas instituições livres os religiosos do convento de Santo Antonio [...] os quais devem ser imediatamente capturados e despejarem a Província dentro em vinte e quatro horas [...];
5. Que o governo da província incuba os juízes de Paz uma busca por casa de todos os portugueses aqui residentes, e lhes mandem tirar as armas que possam ter [...];
6. Que não se consinta doravante o desembarque de filhos de Portugal nesta província menos os industrioso e artistas [...];
7. Que em qualquer tempo não possa ser considerada criminosa a presente reunião – o povo e tropa reunidos neste campo protestam a vossa excelência em conselho não largarem as Armas sem verem fielmente cumpridos todos estes artigos que consideram providências reclamadas pela opinião pública- Maranhão Campo D'Ourique treze de setembro de 1831[...] (ACP, Sessão de 13 de setembro de 1831, pág. 123, verso 2).

O povo da freguesia de Rosário três dias após a Capital ser acometida do levante popular do povo e a Tropa no Campo D'Ourique, queixava-se contra a presença dos portugueses, pois para eles não passavam de inimigos da Causa, e dos Brasileiros, com uma petição semelhante à de São Luís ansiavam na saída dos seus exploradores. Conforme reza a ata: “[...] o povo pediram que se mandasse sair da dita Freguesia vinte Portugueses, ou Brasileiros adotivos, que nomearam, e são nela domiciliários [...]” (ACP, Sessão de 19 de setembro de 1831, pág. 126-127, verso 1, grifos nossos).

Na Freguesia de Itapecuru Mirim também foi tomada pelo sentimento patriótico e os ataques aos lusos continuavam correntes nos mês de setembro. É importante atentarmos para a atuação do povo que mantinha ligação com outra Freguesia como a de Rosário, em que aqueles copiam a Representação dessa Freguesia dando força ao movimento iniciado na capital que se foi propagando para além do litoral (ACP, Sessão de 28 de setembro de 1831, pág. 128-129, verso 1).

De acordo com o historiador Mathias de Assunção (2003), algumas rupturas aconteceram entre os líderes liberais e os setores populares no período de construção da nova ordem e uma delas vai surgir como resultados dos levantes de setembro e novembro de 1831. Os protestos dos rebelados se mantiveram dentro dos limites do programa exaltado, porém, com a eliminação da insurreição de novembro, o movimento de resistência se deslocou para o interior, na liderança do mascate Damasceno, que já tinha um histórico de perseguições, pois em 1825 teve simpatia pela Confederação do Equador. Quando estava sendo levado para o

Rio de Janeiro, junto com outros presos conseguiu fugir. Após a derrota dos rebelados em São Luís no mês de novembro, João Antônio com duzentos seguidores conseguiu sitiaria Itapecuru-Mirim. Por muitos meses desenrolaram uma espécie de guerrilha contra os lusos nessa área.

Em 7 de maio de 1832, o presidente da província participava as notícias oficiais de Itapecuru-Mirim e Freguesia do Rosário informando onde se encontrava Antônio João Damasceno com a sua gente, os quais vieram se juntar ao ajuntamento promovido pelo rebelado por Antonio Teixeira da Costa, sendo batidos na Vila da Manga do Iguaçá⁷ (ACP, Sessão em 7 de Maio de 1832, p.163, v.1).

A ACP de 27 de julho de 1832 registra que Damasceno e sua comitiva em número excedente a quatrocentos homens invadiram a dita Vila da Manga, praticaram incêndios em algumas casas e perpetraram diversos roubos. O Conselho, admirando a coragem dos Cidadãos que em número de sessenta e seis resistiram aos “facinorosas” resolveu que se lhe votasse louvores, e agradecimento por tão relevante serviço que promete o inteiro restabelecimento da tranquilidade da Província (ACP, Sessão em 27 de julho de 1832, p.12, v.1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia maranhense tradicional sobre a participação das camadas populares nas lutas do pós-independência não lhes deu espaço como agentes ativos que tinham seus próprios ideais. As atuais interpretações consideram os diferentes graus de envolvimento das camadas populares, as aproximações e distanciamentos em relação às elites liberais, bem como suas reivindicações políticas e as leituras possíveis do ideário liberal em voga.

A Setembrada foi um movimento dos brasileiros natos que não aceitavam a presença dos portugueses ou brasileiros adotivos nos cargos públicos e acabaram por deixar a província em grande conflito, especialmente a capital. A Setembrada foi uma manifestação antilusitana, especialmente de caráter urbano, cuja característica principal foi a breve aliança entre “tropa e povo” sob a liderança de jovens liberais radicais (exaltados). O movimento se estendeu para o interior da Província, sob a liderança popular de João Damasceno.

⁷ A Vila da Manga foi o lugar em que teve inicio outro grande movimento de revolta popular, a Balaiana, em 1838.

REFERÊNCIAS

Documentos

Manuscritos

Arquivo Público do Estado do Maranhão

ATAS do Conselho do Governo da Província do Maranhão. Livro 1337. Maranhão: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1831-1832.

ATAS do Conselho do Governo da Província do Maranhão. Livro 1338. Maranhão: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1831-1832.

Seção de Avulsos do Arquivo Público do Maranhão.

Seção de Avulsos.

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativeiro**. 3 Ed. São Luís: Edições AML, 2012.

_____. **A Setembrada**: a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaios**: uma análise historiográfica. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1996.

_____. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: **Anais do Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais**, 4., 2007, São Luís. São Luís: UEMA, 2007. p. 1-16. Disponível em: <>. Acesso em: 20.05.2014

_____. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). **O Maranhão oitocentista**. 2 ed. Imperatriz / São Luís: Ética / Editora UEMA, 2015, v. 1, p. 53-79.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão 1820-1841. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (Org.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

_____. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História:** especialidades e abordagens. 4 Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALVES, Marcelo Cheche. “**Ao público sincero e imparcial**”: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil. In: **Anais do Encontro Regional de História.** ANPUH, 7., 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: APERJ, 2006. p. 1-8. Disponível em: <[>](#). Acesso em: 03. 06. 2014

_____. Os percussores da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. In: GALVES, Marcelo; COSTA, Yuri (Org.) **Maranhão:** ensaios de biografia & história. São Luís: Café & Lápis/ Editora UEMA, 2011, p. 398-418.

_____. Os "republicanos" do Maranhão: Independência, Confederação do Equador e a construção do Estado imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). **O Maranhão oitocentista.** 1 ed. Imperatriz / São Luís: Ética / Editora UEMA, 2009, v. 1, p. 13-39.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon maranhense I.** Brasília: Alhambra, 1987.

_____. **Pantheon Maranhense II.** (1874). 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Maranhense de Letras; Alhambra, 1987.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão: 1821-1825.** Rio de Janeiro, 1959.

PEREIRA, José Magno Martins. **Antilusitanismo e Lutas Políticas no Maranhão: 1820-1832.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2000.

SILVA, Rogério Forastieri. **História da Historiografia.** São Paulo: EDUSC, 2001.